



NA BUSCA DOS NOVOS LÍDERES: COMPREENDENDO O SURGIMENTO DE CANDIDATOS À DISPUTA POLÍTICA PELA ÓTICA DO NEO-INSTITUCIONALISMO DA ESCOLHA RACIONAL

José Elias Domingos Costa Marques*

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar algumas considerações primárias sobre um tema que ainda possui lacunas na Ciência Política nacional: o processo que envolve o surgimento de candidatos à disputa política. O enfoque situa-se no papel que os partidos políticos exercem neste processo, enquanto agentes institucionais legítimos dos sistemas poliárquicos modernos. Como ferramenta teórica utilizou-se a perspectiva da *rational choice*, que se insere em uma das vertentes do chamado neo-institucionalismo.

Palavras-chave: carreira política; seleção de candidatos; neo-institucionalismo.

1.1 – Introdução

*“O estudo das instituições melhora a nossa compreensão dos fenômenos sociais”
George Tsebelis (1998: 104)*

A proposição exata e primária deste artigo consiste em fornecer algumas perspectivas pensadas acerca do papel que o institucionalismo da escolha racional pode exercer enquanto ferramenta importante na compreensão de um fenômeno político outrora pouco estudado pela Ciência Política nacional, a saber, o processo que envolve o surgimento de candidatos em uma determinada disputa eleitoral.

* Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), bolsista da CAPES. Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/8158562235292503>

A extensão deste tema posto em pauta merece atenção, cabendo ser destacado nesta discussão o papel do partido político, enquanto instituição presente nos regimes democráticos poliárquicos contemporâneos (Dahl, 1997), como uma variável fundamental neste cenário que envolve o recrutamento político e social de uns indivíduos à deriva de outros.

Na democracia representativa, o partido surge como uma peça chave atuando como eixo de ligação entre a ambição individual e a disputa oficializada. Ele é o agente que organiza o processo eleitoral (Kinzo, 2005). Raros são os estudos sobre os partidos na ótica de sua organização partidária. E mais raros ainda são pesquisas consistentes que tratam de sua importância no processo de surgimento do candidato. Por isso espera-se com este trabalho contribuir com uma *peça teórica* nesta visível escassez científica, visando também incentivar futuras pesquisas.

No primeiro tópico será apresentado um panorama conciso da influência que o neo-institucionalismo vem exercendo na Ciência Política contemporânea, com uma ênfase para a perspectiva da *rational choice*. No tópico seguinte, buscar-se-á trazer à tona algumas reflexões que encaixem esta perspectiva em paralelo com modelos que possam elucidar o processo de surgimento de candidatos.

1.2 – A gênese do neo-institucionalismo e seu papel na Ciência Política contemporânea

A escolha do neo-institucionalismo enquanto modalidade de referência deve-se não somente a sua crescente importância adquirida nos últimos 40 anos na Ciência Política, mas também em virtude dos seus preceitos (o foco sobre as instituições, mais especificamente a partir do enfoque da escolha racional, que será abordado mais adiante) terem sido considerados os mais adequados na compreensão e apresentação do contexto do estudo.

A corrente neo-institucionalista, segundo Limongi (1997), apresentou-se como uma resposta aos modelos comportamentalistas (behavioristas) e pluralistas que imperavam na Ciência Política até a década de 70. Estas correntes teóricas germinaram nas Ciências Sociais em geral no período pós-guerra, subalternizando o papel das instituições influenciando diferentes processos sociais

(vistas não mais como agentes, mas resultados de encadeamentos estruturais) e procedimentos de compreensão política.

Para os institucionalistas, a ação social estaria condicionada a influência das instituições, e não somente pela soma de preferência os atores (repouso da crítica ao behaviorismo). As abordagens estritamente holísticas também seriam alvos dos neo-institucionalistas, pois estes rejeitavam a atribuição a uma determinada estrutura social a força causal de todas as situações sociais (Immergut, 1998). O institucionalismo seria uma alternativa na compreensão das ações dos indivíduos e suas manifestações coletivas. Como aponta Théret (2001:225):

O institucionalismo (...) distingue-se de outros paradigmas intelectuais, especialmente a ortodoxia do individualismo metodológico, ao apontar para a necessidade de se levar em conta, afim de compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas mediações seriam precisamente as instituições.

Bo Rothstein (1996) assinala que o estudo das instituições já era encontrado nos estudos da teoria política clássica. Platão e Aristóteles não tinham somente a preocupação na discussão dos ideais políticos e individuais, mas buscavam identificar as instituições políticas que produziriam o melhor tipo de indivíduo e sociedade. Preocupação esta que também permearia a agenda filosófica de pensadores como Hobbes, Locke, Rosseau. Existia uma preocupação de caráter normativo, analisando-se assim as diferentes formas de governo, comparando as diferentes regras e constituições, compreendendo sua importância para um melhor desempenho dos Estados.

Em congruência com a Ciência Política iniciando-se como disciplina acadêmica, tanto nos Estados Unidos como na Europa, as preocupações sobre o papel das instituições, como foi apontado, são herdadas da teoria política clássica. O termo neo-institucionalismo remete ao hiato pelo qual os estudos políticos institucionalistas atravessaram durante mais de 20 anos desde o fim da II Guerra (superados pela influência das teorias de grande alcance que estavam em evidência).

Importante ressaltar que também os estudos de Políticas Públicas nos anos 50 e 60, através de demonstrações empíricas comparativas entre os diferentes países em diferentes graus de desenvolvimento, contribuíram para corroborar a importância de se entender as diferentes instituições políticas para assim melhor se compreender as diferenças entre estes países,

obstruindo assim a predominância de formas de compreensão voltadas para estudos de variações de comportamento ou diferença entre as forças das classes (Rosthein, 1996).

Os teóricos do neo-institucionalismo, mesmo em discordância em muitos aspectos, entram em concordância em dois pontos básicos:

1-) as normas e os procedimentos operacionais influem no resultado positivo, uma vez que estruturam o comportamento político e moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores em selecionar preferências;

2-) as instituições moldam a política e são moldadas pela história, podendo os indivíduos escolher suas instituições, mas não o fazendo em circunstâncias que eles mesmo criaram (Putnam, 1945:44).

Hall e Taylor (2003) assinalam que a confusão proveniente do sentido do termo neo-institucionalismo na Ciência Política fundamenta-se no fato de esta corrente não ser uma perspectiva unificada, admitindo-se a existência de ao menos três modelos (ou métodos) diferentes de análise: institucionalismo sociológico, institucionalismo histórico e institucionalismo da escolha racional.

O institucionalismo histórico, que surgiu em resposta ao funcionalismo que dominava a Ciência Política nos anos 60 e 70, define instituições como sendo os protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes a estrutura organizacional da comunidade política. A assimetria do poder, que gera os conflitos (e conseqüentemente as mudanças) é associada ao desenvolvimento e funcionamento das instituições. O desenvolvimento institucional privilegiaria as trajetórias (Path Dependency), vinculando-se sempre a uma concepção particular do desenvolvimento histórico. Acontecimentos em um determinado contexto histórico gerariam e determinariam resultados e acontecimentos sociais e políticos futuros, tanto nos países como nas instituições (Fernandes, 2002). Mudanças de trajeto são decorrentes de mudanças institucionais. É uma concepção ampla, que mescla elementos culturalistas e calculadores, na forma de observar os fenômenos. Um exemplo são as constantes buscas de indícios e razões, por parte dos pesquisadores desta vertente, em arquivos históricos, trabalhando dados conceituais através da indução.

No institucionalismo sociológico, as instituições são definidas de maneira mais generalista, abarcando regras, normas formais, procedimentos somados a símbolos, esquemas cognitivos, modelos morais, padrões de significação. A instituição para esta vertente é, antes de

tudo, um fenômeno cultural. Os indivíduos incorporam, por meio da cognição, os esquemas e modelos propostos institucionalmente. Focar-se nas instituições pode ser uma ferramenta importante na compreensão dos significados da vida social. A ação do indivíduo, nesta vertente, é vista como completamente dotada de significado cultural.

O institucionalismo da escolha racional será abordado aqui de uma forma mais aprofundada, em decorrência da sua utilização como referencial teórico durante a pesquisa.

Segundo Ferejohn e Paquino (2001), a escolha racional sempre esteve intimamente atrelada com a economia, sendo que sua aproximação com a Ciência Política partiu da influência de autores considerados “economicistas” como Downs, Gordon Tullock e Mancur Olson. Para estes autores os agentes sociais estariam constantemente interessados na maximização da riqueza, de votos, ou de outras dimensões mais ou menos mensuráveis em termos de quantidades, e sujeitos à constrangimentos de recursos materiais.

A importação para a Ciência Política de recursos teóricos emprestados à nova economia da organização surge no contexto dos estudos de comportamentos no interior do Congresso americano, focalizando agora o papel exercido pelas instituições para resolver diversas questões paradoxais que envolviam os conflitos e atuações internas no Congresso. Somente a partir da década de 90 que diversos outros fenômenos políticos – comportamento das coalizões segundo os países, intensidade de conflitos étnicos, ascensão e queda de regime – entraram na agenda dos estudos institucionalistas.

A definição do conceito de instituição segundo a concepção da escolha racional tem como alicerce referencial a proposição de Douglas North, em seu trabalho “Institutional Change – theory and empirical findings”. North (1990:36) define as instituições como “formal rules, informal constrains (norms of behavior, conventions, and self-imposed codes of conduct), and the enforcement characteristics of both”. O autor acredita que as instituições, limitando as ações dos seres humanos, não somente facilitariam a interação entre os mesmos, como geraria certo grau de previsibilidade de ações (uns com os outros). As instituições teriam um papel fundamental em agir na diminuição dos custos de transação ligados à conclusão de acordos. Para Hollingsworth (1998:131), os hábitos e valores também devem ser reconhecidos enquanto instituições. Na citação do autor, “institutions are norms, rules, conventions, habits and values”.

O papel *coercitivo* das instituições apontando pela escolha racional sugere que os indivíduos estão inseridos num contexto de regras e constrangimentos, e a ação individual nasce

como uma adaptação ótima a um ambiente institucionalizado (Tsebelis, 1998). Se existe a preponderância de uma instituição, o comportamento dos atores deve ser observado a partir da perspectiva do papel que as instituições exercem no seu contexto social. Qualquer forma de manifestação política ou social surge dentro deste contexto de regras.

Desta forma, pode-se pensar em uma estabilidade nos processos políticos como fruto da influência das instituições delimitando o jogo das regras, leis, procedimentos e arranjos organizacionais.

Neste contexto, Hall e Taylor apontam quatro pontos-chaves que caracterizam o institucionalismo da escolha racional: a compartilhagem de gostos ou preferências dos atores, buscando maximizar a satisfação destas preferências, através do uso de cálculos e estratégias; força da interação estratégica na determinação das situações políticas; a vida política estaria permeada de dilemas de ação coletiva, surgindo o risco de resultados sub-ótimos para a coletividade (implicação da falta de arranjos institucionais); as instituições teriam sua origem de forma primordialmente consciente.

A perspectiva da racionalidade infere que os atores, numa determinada situação, tomam decisões conscientes e estratégicas, em uma esfera de ação política que conjugue contextos institucionais e sociológicos. A racionalidade requer crenças, desejos e ações que se relacionam de uma forma particular (Ferejohn e Paquino, 2001). A validade desta relação é uma condição de consistência sustentada justamente pela racionalidade, sendo válida para empregar em contextos que envolvam desejos, ambições e paixões.

Assume-se então que a racionalidade seria uma correspondência ótima entre meio e fins. No entanto, é importante ressaltar que esta definição por deveras simplista de racionalidade carrega consigo algumas exigências. Tsebelis (1998:33) salienta que no contexto de análise observado pelo pesquisador, orientado pela escolha racional, “os atores racionais devem ser coerentes (não possuir crenças ou desejos contraditórios), decidir de acordo com as regras dos cálculos e probabilidades e interagir com outros atores de acordo com a prescrição da teoria dos jogos”.

A teoria dos jogos surge como uma tentativa da escolha racional na Ciência Política em tentar explicar a formação de maiorias estáveis no legislativo e a ação coletiva. Originalmente pensava-se que os indivíduos votavam exclusivamente pela sua primeira ordem de preferência, sem levar em conta as regras e procedimentos estáveis. Como seria possível explicar que indivíduos, sedentos pelos próprios interesses individuais, agissem (como se havia observado)

em constante cooperação, buscando maiorias para resolverem problemas comuns? Buscou-se como solução a atribuição da pré-existência de instituições políticas que promovessem incentivos seletivos, por meio de procedimentos e regras anteriores ao início do jogo de interação (Rothstein,1996). Busca-se a compreensão na tomada de decisão dos indivíduos considerando as conseqüência e decisões tomadas por outros.

A condição de interdependência que se situam os atores racionais, estando os mesmos sujeitos constantemente a situações que envolvam decisões estratégicas é o que caracteriza a teoria da escolha racional. A premissa lógica que $A > B > C$, logo $A > C$ (nomeado de princípio de transitividade) exemplifica que comportamentos, em uma determinada situação, seriam melhor analisados em correspondência com a regra de interação cujas finalidades correspondem ao atendimento de seus interesses maximizados em forma de ação.

Esta interdependência resulta em princípios da busca de coordenação entre as pessoas, estas também estando imersas na possibilidade de conflito sobre a distribuição dos recursos que pensam conseguir. Por isso a instituição permite manter a tensão entre os princípios de conflito e da cooperação, constitutivos das transações (Commons, 1989).

Obviamente que nem todas as ações podem aparentemente representar uma escolha ótima, sugerindo assim comportamentos subótimos, o que Tsebelis (1998) afirma na realidade representar jogos em mais de uma arena com diferentes tipos de *payoffs* (incentivos prêmios).

Ruggiero reconhece que na discussão do caráter racional do comportamento humano, fica complicado desconsiderar a noção de intencionalidade. Para o autor, a racionalidade é atributo de uma ação, que se organiza e se processa em um sistema de informações. Os agentes sociais ou políticos procurariam assim “empregar a busca do conhecimento, ao mesmo tempo em que admitem controles que permitam a objetividade de suas ações. Neste processo de informação, formulam-se as preferências, fins e objetivos que ajudam na organização das discussões que levem às decisões” (Ruggiero, 2005:13).

Como toda vertente teórica, o institucionalismo possui suas limitações e críticas. Para Baert (1997), a teoria da escolha racional emerge trazendo algo revolucionário, ao mesmo tempo em que corresponde a uma “invasão” do homem econômico. A economia, vertiginosamente preponderante em diferentes ramos de explicação das Ciências Humanas, incumbe-se de assaltar,

de forma imperialista, a sociologia, de forma a subornar o *homo sociologicus* ao *homo economicus*¹.

Monsna (2000) aponta para a incapacidade da escolha racional em esclarecer as relações entre micro e macro, entre estruturas e ações. A visão generalizante da escolha racional é contestada pois universaliza tendências e gostos oriundos das diferenças dadas por algum processo social. Se uma pessoa age de determinada forma, ela é motivada por algum desejo e preferência. Desejos de sobrevivência, de segurança, poder são exógenos à análise. Quando se aplica uma concepção de ação amparada num modelo analítico, automaticamente se estabiliza e hierarquiza essas preferências.

A apresentação de modelos reduzidos e a simplificação da imagem das motivações humanas são também pontos bastante contestados na *rational choice*. O enfoque julga determinadas situações, baseado potencialmente na capacidade de predição de seus modelos mais do que na exatidão de seus postulados (Hall e Taylor, 2003).

A escolha racional tem o mérito de problematizar o caráter de formação e arranjo dos sujeitos coletivos ou sistemas de ação, que envolveriam estratégias por vezes ignoradas. No entanto, pode-se supor que o pressuposto da maximização da utilidade adotado pela escolha racional os leva bem próximos à abordagens comportamentalistas –behaviorismo- outrora tão criticados (Immergut, 1998).

Oriunda da economia, a escolha racional nas Ciências Sociais poderia estar gerando um contraste dramático. Isto porque a economia - regada a modelos elegantes, enorme simplicidade, ignorância empírica e recomendações bizarras e irrealistas acerca das políticas a se seguir no terreno - poderia limitar a pesquisa em Ciência Política a esferas que não envolvam profundidade e realismo empírico, por meio da apresentação de modelos limpos².

Diante das diferentes formas de contestações, que em muitos aspectos apresentam-se como uma alternativa para futuros re-arranjos e adaptações teórico-metodológicos do enfoque, a escolha racional ainda pode ser a ferramenta mais útil quando pensarmos em situações sociais e políticas que envolvam determinados contextos. Tsebelis (1998) afirma que o Cientista Social, ao

¹ As expressões acima expostas estão de tal forma como presentes no texto de Patrick Baert. Mais detalhes ver BAERT, Patrick, “Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 12 nº 35. SP – 1997.

² Sobre a distinção entre as vertentes econômicas e sociológicas, ver o trabalho de Paul Hirsch, Stuart Michaels e Ray Friedman “Mãos sujas *versus* modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia ?” in A nova sociologia econômica. Celsa Editora – Oreiras /2003.

admitir que os atores se comportam de uma maneira racional, estão propensos a uma redução e uma formulação de propósitos. Esta redução pauta-se na exclusão (ou substituição) de processos como aprendizados e mecanismos de seleção social, em busca de seus resultados.

Quando se adota a idéia que indivíduos são atores racionais que calculam suas estratégias com finalidade de maximizar seus resultados, isso não significa que haverá a condição que envolvam equações matemáticas (tal indivíduo X utiliza determinada fórmula para praticar determinada ação, amparada por exemplo na teoria dos jogos). O que deve ficar claro são que tais fórmula são às vezes os instrumentos utilizados pelo Cientista Social para enxergar o resultado desta mesma ação.

Douglas North (1990) reconhece a necessidade da escolha racional em alargar suas hipóteses, para dar mais abertura aos aspectos cognitivos das instituições. Elas não apenas teriam o papel de constranger as escolhas, mas existiriam outros papéis igualmente importantes, modelando o comportamento dos atores. A escolha racional deveria se aprimorar para reconhecer o papel das idéias, das ideologias e dos dogmas no processo de escolha destes atores.

Por isso podemos pensar que a escolha racional, frente às suas limitações, acaba sendo uma importante ferramenta perante a algumas situações políticas e sociais específicas, a saber: quando a identidade e os objetivos dos atores são estabelecidos; e as suas regras de interação são precisas e conhecidas pelos atores em interação (Tsebelis:1998:45). Por exemplo, numa arena Legislativa onde situações de interação são observadas levando-se em conta os arranjos institucionais nos quais os políticos estariam imersos, o denominador comum oriundo desta interação partiria das observações do papel destes arranjos. Todas as preferências individuais surgiriam em meio a força e a presença das regras da referida instituição.

1.3 – O amparo da escolha racional na compreensão da escolha de candidatos

Posta a definição concisa do papel do neo-institucionalismo na Ciência Política, este tópico tem por objetivo apresentar algumas indagações preliminares sobre o processo de escolha de candidatos numa determinada arena eleitoral. No entanto, devo ressaltar que, afora os raros estudos que buscam elucidar e propor questões sobre este procedimento político (de carreira e partidário), uma abordagem que privilegia e ampara-se no institucionalismo apresenta-se como

algo inédito. As razões e os motivos para esta ausência de pesquisas sobre o tema não aflora como nossa questão principal. Busca-se neste artigo adequar proposições iniciais do processo de surgimento do candidato à perspectiva da escolha racional.

Algumas questões preliminares são passíveis de surgir frente o tema sugerido. Como surgem os candidatos? Quais os processos que envolvem a seleção daqueles que estarão expostos na acirrada disputa eleitoral como dignos representantes e merecedores do voto da população? Porque um determinado candidato com determinadas características se apresenta em determinado contexto frente a outro candidato? E o mais importante: *como a instituição partidária determina as regras que viabiliza ou não determinada candidatura.*

A Ciência Política nacional vem oferecendo poucas explicações para este processo que é crucial em qualquer esfera de análise de um determinado contexto político. A situação que envolve o surgimento de um candidato pode se encaixar em diferentes pontos e vertentes de estudo. Nos estudos de carreira política, como a primeira etapa que posteriormente envolva eleições e atuação na vida política, em qualquer cargo político eletivo; analisando partidos políticos, não somente no contexto de sua atuação no Congresso Nacional, formando coalizões ou influenciando nas aprovações de emendas, por exemplo, mas dando ênfase para seu aspecto organizacional³; ou mesmo em discussões que envolvam relações de participação e representação política, observando a figura do candidato selecionado para o pleito em paralelo com o tipo de atuação e representação que ele possa ter.

Na *rational choice* existem modelos clássicos que vem amparando pesquisas sobre interação política, elaborados especificamente para analisar o Congresso Americano. Limongi (1998) apresenta três dos principais modelos: distributivista, informacional e partidária. O modelo distributivista trata especificamente do interesse constante dos parlamentares de buscar a reeleição, em uma determinada arena congressual. Utilizando-se das comissões, como um dos meios institucionais para atingir sua finalidade principal, eles executam suas ações que envolvem barganhas, aprovação de matérias, respaldo da maioria e troca de favores. O modelo informacional, por sua vez, concentra-se na força do processo decisório majoritário e na incerteza dos resultados políticos. Não desconsiderando o papel das comissões, os informalistas chamam a

³ Duverger (1951) alertara para a dificuldade de se estudar as organizações partidárias, uma vez que o acesso a arquivos internos do partido se torna uma tarefa árdua para o pesquisador. Dependendo do grau de abertura e flexibilidade do partido, muitas informações correm o risco de não serem precisas, obstruindo o bom andamento da compreensão dos diferentes processos partidários.

atenção para a importância da maioria como agente que define e aprova as decisões finais no Congresso. Neste contexto, as incertezas somente seriam reduzidas com o avanço na especialização e informação dos políticos, papel central que a instituição teria nesta situação.

Ambos os modelos não creditam influência política substantiva aos partidos políticos na estruturação das atividades partidárias. Felisbino (2003:22) aponta que os teóricos do modelo partidário rechaçam esta idéia da pouca expressividade dos partidos, enquanto representantes dos interesses coletivos. Reorientando os interesses com caráter individualista dos parlamentares e os reorganizando, os partidos atuariam nas comissões, fazendo valer o seu grau de representatividade. Ao mesmo tempo, e este ponto apresenta-se como fundamental na discussão a ser apresentada, o partido também podem promover incentivos à carreira dos parlamentares (visão apresentada neste modelo apenas quando se tratando da carreira já dentro do congresso).

As contribuições dos modelos na escolha racional são importantes, cabendo a eles um papel decisivo na tentativa de compreensão de diversos aspectos da realidade política. As limitações destes modelos não invalidam sua característica fundamental de tentar apresentar resultados interessantes sobre os diferentes casos analisados.

No caso do surgimento de candidatos, podemos utilizar da escolha racional para pensar em algumas situações que dariam respaldo a resultados empíricos (valendo também o contrário, ou seja, o trabalho empírico comprovando toda a argumentação teórica). Vale lembrar que são raros estudos que tratam especificamente deste tema, o que acarreta em *iniciativas teóricas* de tentar se compreender o contexto a ser estudado.

Inicialmente, podemos visualizar o surgimento do candidato na seguinte esfera de inter-relações, com base no estudo feito por Vianna (1973) sobre o candidato e o processo eleitoral:

Conjunto de variáveis para *aspectos subjetivos*

X₁ = ambições (progressiva regressiva ou estática – SCHLESINGER, 1966).

X₂ = contato social – clientela própria, herdada.

X₃ = capital político acumulado (experiências de atuação com atividades políticas, eletivas ou não).

X₄ = razões estruturais (parentes políticos, laços afetivos, poderio financeiro).

Nas variáveis *influência partidária* temos:

Y₁ = aquisição de prestígio partidário.

Y₂ = dedicação militante.

Y₃ = confiança das lideranças.

Y₄ = identificação como membro do grupo.

Todas as variáveis estão intimamente inter-relacionadas. Esta inter-relação acarreta em derivações de uma em consequência de outra, e assim por diante. Esta situação não envolve elementos que se dissociam no contexto de surgimento do candidato. Tanto a questão de aspectos subjetivos como da influência partidária estão intimamente correlacionadas, podendo prevalecer uma ou outra situação, dependendo do contexto político e institucional⁴.

O segundo grupo de variáveis (Y_n) implica transpor para o centro de análise pontos que outrora foram poucos discutidos na literatura nacional. A interação estratégica dentro do partido, imersos em situações que envolvam as quatro variáveis citadas acima, elucida o contexto e o caminho passível de ser percorrido pelo futuro candidato. Weber (2002), que considero um dos precursores nos estudos voltados para a situação de carreira do político, já salientava que afora a necessidade de vocação (eloquência, ética da convicção e da responsabilidade) mesclada a um pré-requisito de ingresso na vida política buscando viver para ela e não dela, os partidos atuam de maneira imprescindível como intermediadores no processo eleitoral, estando os bons políticos (profissionais) sempre sujeitos a recorrerem aos partidos para fazerem uma disputa saudável e correta.

Quando adoto a perspectiva da ação racional dos indivíduos, parto da idéia de que a racionalidade infere que os atores, numa determinada situação, tomam decisões conscientes e estratégicas, em uma esfera de ação política que conjugue contextos institucionais e sociológicos. A racionalidade requer crenças, desejos e ações que se relacionam de uma forma particular (Ferejohn e Paquino, 2001). A validade desta relação é uma condição de consistência sustentada justamente pela racionalidade, sendo válida para empregar em contextos que envolvam desejos, ambições e paixões. Um determinado indivíduo, em revés a toda sua dedicação enquanto

⁴ É importante ressaltar que afora as duas variáveis colocadas em questão, existe um terceiro eixo referente a questões legais, mais especificamente a questão da *elegibilidade*. Qualquer situação de eleição estará sujeita as regras legais que norteiam e delimitam formalmente, com base em critérios constitucionais, aqueles que possuem o direito de estarem passíveis de concorrer à um cargo público. No Brasil, pela Constituição de 1988, somente está passível de ser elegível todos os cidadãos, desde que possuam alguns pré-requisitos, como maioridade, alfabetismo, ter nacionalidade brasileira, estar filiado previamente a um partido político (data mínima de um ano). Para mais detalhes ver www.tse.gov.br

militante (variável Y2), durante um período considerável de tempo, pode acabar não conseguindo lançar sua candidatura em detrimento de líderes ou militantes (em paralelo com o perfil de escolha dos candidatos de cada partido), agindo racionalmente, pressupõem que este indivíduo não é viável por n motivos (pouca expressividade externa, falta de carisma, conflitos entre grupos internos, dentre outros). Diferentes fatores podem ser trabalhados levando-se em conta as estratégias presentes no jogo de seleção de candidato. Maestras (2003), como exemplo, trabalha com a hipótese de que tanto os candidatos mais ambiciosos preocupam-se com a opinião pública, como o partido também busca enxergar no público uma reação positiva frente aos selecionáveis. Os cálculos de decisão dos candidatos e dos partidos seriam um problema multieletoral, já que aquele que ambiciona um lugar na disputa deve assegurar e construir uma base eleitoral de suporte para um respaldo frente a decisão partidária, assim como para uma projeção futura para um cargo mais alto. Este exemplo vai de encontro com o que é proposto aqui como alicerce referencial: as instituições (no caso, a partidária) são iminentemente atuantes em diferentes situações sociopolíticas.

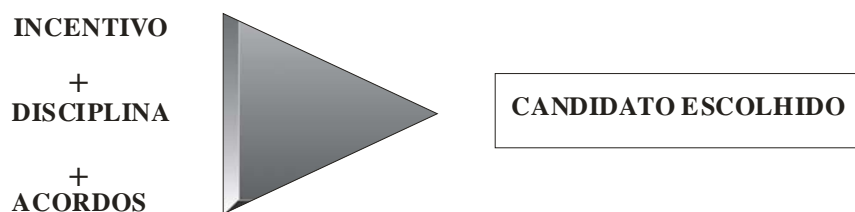
O recrutamento de candidatos, como aponta Fleisher (1992), possui duas facetas: pode surgir mediante a seleção de uns frente ao desencorajamento de outros; ou através da seleção e competição interna. O primeiro processo seria ao mesmo tempo mais acelerado e menos formal e latente, o que normalmente ocorre com partidos hierarquizados. O autor aponta que a maior parte da iniciativa de se candidatar surge do próprio candidato. Este ponto merece destaque, porque mesmo o autor admitindo a possibilidade de perspectiva individual, ele não aponta que a mesma poderia surgir como resultado de ambições adquiridas dentro da vivência político-partidária.

O partido político, enquanto uma organização legítima presente em qualquer sistema representativo democrático, ou nas palavras de Tocqueville (2001:199) “um mal inerente aos governos livres”, exerce uma função institucional crucial no processo de surgimento do candidato. Podemos pensar em diferentes razões que evidenciam esta importância, desde a necessidade de filiação prévia até o crivo partidário, que é a seleção destes candidatos. Possuindo suas regras, os partidos são instituições que constroem e moldam a identidade, o poder e a estratégia de sua composição, ou seja, indivíduos racionais. Resumiria os principais elementos que compõem essas regras como sendo os estatutos, regimentos ou qualquer outro procedimento formal; ideologia e regras informais.

O início do processo que culmina no surgimento do candidato é um dos momentos mais significativos em qualquer organização partidária (Freidenberg e López). Qualquer candidatura envolve um recurso de poder essencial, e a postulação de um candidato compromete a todos os membros dos partidos, uma vez que determinado indivíduo será o representante legal e institucional daquele partido na disputa das eleições. O candidato, enquanto figura pública define o que o partido é (Katz, 2001).

Os membros de um partido possuiriam assim interesses particulares imersos numa relação de constante interdependência. Um candidato seria o fruto do jogo de interações (carregando objetivos particulares somados a influência institucional partidária). Se o ingresso em um determinado partido pode ser resultado de uma afinidade ideológica, como acontece com a maioria da composição social dos partidos de massas, seguindo o modelo de Duverger (1955), ele estará sujeito, dependendo de suas ambições, a coação e autoridade conferida pela atuação e vivência dentro do partido. No caso dos partidos de quadros, mesmo ocorrendo diferenças procedimentais (articulação de base, recursos de filiação, estrutura partidária, diferenças regimentais), de qualquer forma o indivíduo estará sujeito às regras e a adequação ao perfil do jogo.

Se aceitarmos que as normas e os procedimentos institucionais são o corpo e a alma das instituições (Tsebelis, 1998), pode-se pensar que um candidato sairá de uma mescla dentro do partido que envolve:



As regras comporiam um quadro de incentivo, e os partidos estariam no centro da organização do processo decisório (Limongi, 1994:07). O equilíbrio ocorreria por meio da atuação de líderes que coordenariam os processos decisórios no partido ou na atuação correlata de diferentes forças num plano restrito de nivelamento de influência e poder. No cenário onde a

carreira política abrolha nos seus primeiros passos e sinais de surgimento, a estrutura partidária tem um papel significativo e decisivo.

Admitindo esta visão, não estamos ocultando possíveis aspectos já analisados por diversas pesquisas sobre o sistema partidário nacional, que o identifica ou possuindo na maioria partidos pouco institucionalizados⁵ ou divergentemente, ao creditar na coerência de atuação da câmara, por meio das bancadas partidárias, e na composição social um relevante grau de institucionalização dos partidos⁶. Devemos lembrar que a idéia do partido enquanto instituição que influencia no surgimento de lideranças visa abarcar diferentes partidos em suas diferentes formas de atuação política (sejam eles possuindo mais fidelidade, coesão e menos volatilidade). Obviamente devemos considerar que a competição partidária, com partidos institucionalmente fortes, é um fator importante quando se analisa a busca por resultados eleitorais expressivos (a escolha deve partir de princípios que envolvam estratégias que considerem este fato).

Schlesinger, na década de 1960, já havia aplicado o paradigma da escolha racional para explicar tipos de comportamentos de parlamentares no congresso americano relacionados à ambições de carreira. Para o autor, a ambição seria um fenômeno guiado pela estrutura de oportunidades que estão colocadas para o candidato. Por exemplo, para se pensar em ocupar postos eletivos, não bastariam apenas as estratégias individuais⁷, mas merecendo atenção as disposições institucionais, experiências como indivíduo e até características demográficas, como exemplo. A estrutura de oportunidades deve ser amplamente favorável. Como bem cita Schlesinger (1966:644): “potential candidates are more likely to seek office when they face favorable political and a structural circumstances”. Fatores exógenos devem ser considerados no processo de ambição, por parte do agente, assim como na tentativa de compreensão profícua de uma situação política que envolva o surgimento de candidatos.

Dentro de uma arena política que engloba diferentes tipos de estratégias e *payoffs*, os partidos irão procurar aqueles candidatos que lhes proporcionem resultados eleitorais significativos ou que de alguma forma apresente uma manifestação como resultado da escolha dos militantes, da necessidade de se refletir frente a sociedade que representa ou em acordo com suas linhas ideológicas. Em qualquer contexto, todo processo envolve escolhas racionalmente ótimas (ou aparentemente subótimas, que protegem e camuflam reais intenções de jogada).

⁵ Ver Meneguello e Lamounier (1986), Mainwaring (2001) e Ames (2001).

⁶ Podemos destacar os trabalhos de Nicolau (1996), Meneguello (1998) e Figueiredo e Limongi (1999).

⁷ Percebe-se neste aspecto uma crítica ao pensamento behaviorista.

Robert Elgie em seu livro *Political Leadership in Liberal Democracies* (1995), quando analisa os motivos que levam uma ou algumas pessoas a deter o monopólio das decisões (como representantes políticas democraticamente eleitas), reconhece que as estruturas institucionais influenciam em grande parte na determinação da liderança. O líder seria em parte o produto de uma esfera, de uma interação entre pessoas de destaque.

The leadership process was a product of the interaction between the ambitions and styles of political leaders, the needs of the society and institutional structures. However, they also confirmed that institutional had the most significant impact on the interaction process (Elgie, 1995: 202)

As instituições definiriam assim as regras do jogo e os caminhos seriam limitados pelas mesmas. A natureza e a formação do indivíduo determinariam a escolha de caminhos pré-fixados institucionalmente. Os líderes políticos fariam suas escolhas e seriam escolhidos dentro de um contexto, ou seja, o comportamento não caminha como uma variável independente.

1.4 - Conclusão

O neo-institucionalismo vem consolidando-se na Ciência Política como uma ferramenta teórica fundamental na compreensão de diversos fenômenos políticos. São três as suas principais correntes, que estão longe do consenso e da homogeneidade entre si. Podemos visualizar estas principais particularidades no quadro abaixo:

<p>Institucionalismo Sociológico</p>	<p>Caráter holístico: pouco reducionismo e elementos culturalistas.</p> <p>Institucionalização é um processo cognitivo: cenário, regras e as classificações são as matérias primas das instituições.</p> <p>Mudança institucional: processo lento e externo ao indivíduo.</p> <p>Prioridade do método indutivo.</p> <p>Incorporação cognitiva dos esquemas e</p>
--------------------------------------	--

	modelos propostos institucionalmente;
Institucionalismo Histórico	<p>Desenvolvimento institucional privilegiando trajetórias (path dependency).</p> <p>Atores calculam interesses, mas possuem distintas visões de mundo (posições e contextos sociais).</p> <p>Interesses construídos politicamente.</p> <p>Raízes normativas: as instituições determinam as condutas individuais.</p>
Institucionalismo da Rational Choice	<p>Caráter instrumental e estratégico das instituições: redução de incertezas com relação a ação dos outros indivíduos, através do cálculo de conduta – racionalidade instrumental.</p> <p>Compartilhação de gostos e preferências dos atores, se comportando de modo a maximizar a satisfação de suas preferências.</p> <p>Instituições sendo resultado intencional de estratégias de otimização de ganhos por parte dos agentes, na forma de acordo da maioria.</p> <p>Prioridade do método dedutivo, priorizando os modelos elegantes.</p>

Dentre toda a discussão exposta e proposta, podemos concluir que não seria ousadia apontar, apesar de suas limitações, a escolha racional surgindo como o principal aparato teórico para se compreender o processo de surgimento do candidato, considerando o interesse deste artigo em focalizar a instituição partidária como protagonista neste cenário de aparição dos concorrentes. Quando se trabalha com esta idéia, no entanto, pode-se fecundar a linha que envolve não somente o interesse na compreensão do processo organizacional intra-partidário,

mas considerando também esta etapa como o primeiro pilar quando se pensa em analisar carreiras políticas. Segundo Bourdoukan (2006), existem duas maneiras de se estudar carreiras políticas. A primeira possibilidade liga-se a tradição dos estudos das elites, enfatizando o recrutamento dos políticos – classe social de origem, características pessoais, grupo étnico, cultural, religioso a que estão envolvidos, etc. A segunda forma observa as carreiras políticas como variáveis independentes, ressaltando as oportunidades e constrangimentos a que estão sujeitos os políticos e que características do sistema político podem ser melhor compreendidas a partir destes pontos de enfoque.

Independente do contexto a ser estudado e das ferramentas a serem utilizadas, bem como do objeto a ser estudado, as situações que envolvem a aparição para o público, para a batalha eleitoral, de indivíduos selecionados na gama de diferentes formas de ambição merecem mais atenção de estudiosos da Ciência Política Brasileira. A ressalva fica por conta do desenvolvimento já avançado de trabalhos deste tipo em países como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, que podem nortear iniciativas de tentar se compreender este fenômeno no âmbito das eleições nas três diferentes esferas políticas: municipal, estadual e federal.

Bibliografia

BOURDOUKAN, Adla. (2006) “*Trajetória de Carreira e Arenas Políticas*”. Paper apresentado no 5º Encontro da ABCP. FAFICH/UFMG. Belo Horizonte.

BAERT, Patrick. (1997) “*Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia*”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 12 nº 35. SP.

DAHL, Robert (1997) *Poliarquia – participação e oposição*. São Paulo. EDUSP

DOWNS, Anthony. (1999) *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.

DUVERGER, Maurice (1980) *Os partidos políticos*. Brasília. Editora da UNB.

ELGIE, Robert. (1995) *Political Leadership in Liberal Democracies*. London. Series Editor.

FELISBINO, Riberti de Almeida. (2000) *Processo de Decisão Política na XII Legislatura (1997-2000) da Câmara Municipal de Mogi Mirim*. Monografia. UFSCar, São Carlos.

_____. (2003) *O Legislativo municipal em Dois contextos democráticos (1946-1964 e pós-1988): O caso da Câmara Municipal de Mogi Mirim (SP)*. Dissertação de Mestrado. UFSCar, São Carlos.

FERNANDES, Antonio Sergio Araújo. (2002) “*Path Dependency e os Estudos Históricos Comparados*”. In *BIB*, nº 53, São Paulo, pp. 79-102.

FEREJOHN, John e PASQUINO, Pasquale. (2001) “*A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política*”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16, nº 45, fev, pp.05-24.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999) “*Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*”. São Paulo: Ed. da FGV.

FLEISHER, David. (1992) “Recrutamento partidário” in Partidos Políticos. Caderno de Política. Brasília Editora UNB.

FREIDENBERG, Flavia e SÁNCHEZ LÓPEZ, Francisco. (2002) “Como se escolhe um candidato a Presidente? : Regras e práticas nos partidos políticos da América Latina”. *Opinião Pública*, vol.8, no.2, p.158-188, out.

HALL, Peter A., TAYLOR, Rosemary C. R. (2003) “As três versões do neo-institucionalismo”. In Lua Nova Revista de Cultura e Política, nº 58, pp.193-223.

HOLLINGSWORTH, J. Rogers. (1998) “Advancing the sócio-economic paradigm with Institutional Analysis” In: Toward a new sócio-economic paradigm: discussion.

IMMERGUT, Ellen M. (1998), “The Theoretical Core of the New Institutionalism”. *Politics & Society*, vol. 26, nº 1, pp. 5-34

KATZ, Richard S. (2001) “The problem of candidate selection and models of party democracy”, PARTY POLITICS VOL 7. No.3 pp. 277–296, SAGE Publications London Thousand Oaks New Delhi, Copyright ©.

KINDO, Maria D´Alva. (2005) “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.20 nº 57, São Paulo, Fev.

KUSCHNIR, Karina. (2005) “*O Cotidiano da Política*”.v.1. p.162. RJ. Jorge Zahar.

LIMONGI, Fernando. (1994) “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”. In *BIB*, nº 37, Rio de Janeiro, pp. 3-38.

MAESTRAS, Cherie. (2003) “The incentive to listen: progressive ambition, resources and opinion monitoring among state Legislators”. In *Journal of Politics*, vol. 65, nº02. May.

MAINWARING, Scott. (1994) “A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina”. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, vol. 37, nº 1, Rio de Janeiro.

MENEGUELLO, Rachel e LAMOUNIER, Bolívar. (1986) “*Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*”. São Paulo: Editora Brasiliense.

MICHELS, Robert. (1982) “*Sociologia dos partidos políticos*”. Brasília, UNB, 15-57, 219-243.

PAUL Hirsch, STUART Michaels e RAY Friedman (2003) “Mãos sujas *versus* modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia ?” in *A nova sociologia econômica*. Celsa Editora – Oreiras.

PUTNAM, Robert. (1999) “*Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*”. RJ Editora FGV.

REIS, Fabio Wanderley. (1988) Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, nº 6, fev. pp.26-38.

ROTHSTEIN, Bo. (1996) “Political institutions: an overview” in: GOODIN, R. e KLINGEMANN, H-D, *A new handbook of political science*, Oxford University Press.

SANTOS, André Marenco dos. (1997) “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, p. 87-101.

SANTOS, Fabiano. (2003) “O Poder legislativo no presidencialismo de coalizão”. *Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ*.

SCHLESINGER, Joseph A. (1966) *“Ambition and politics: political careers in the United States”*. Chicago: Rand McNally.

THÉRET, Bruno. (2003) *“As instituições entre as estruturas e as ações”*. In: Lua Nova, nº58, pp225-255

TOCQUEVILLE, Alexis de (2001) *“A Democracia na América”*. Livro I – Leis e Costumes. São Paulo Editora Martins Fontes.

TSEBELIS, George. (1998) *“Jogos Ocultos”*. São Paulo. EDUSP.

WEBER, M. (2002) *“A política como vocação”*, in: Weber, M. *Ciência e política: duas vocações*, São Paulo, Cultrix.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. (1973) *“O candidato e o processo eleitoral”*. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro. Abril/junho.